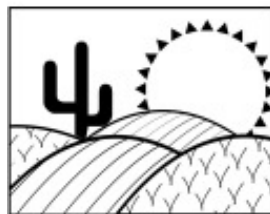


Coletânea de Palestras



MODELO DE FINANCIAMENTO REGIONAL E FORTALECIMENTO DO BNB



33ª Reunião do Conselho de Representantes

28 e 29 de março de 2008
Recife-PE

Associação dos Funcionários do
Banco do Nordeste do Brasil

Coletânea de Palestras
Modelo de Financiamento Regional
e Fortalecimento do BNB

33ª Reunião do Conselho de Representantes

Fortaleza-CE
2008

Apresentação

Nos dias 28 e 29 de março de 2008, no Onda Mar Hotel, no Recife (PE), a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) promoveu a sua 33ª Reunião do Conselho de Representantes, fórum maior da entidade. A RCR teve como tema principal a discussão sobre o modelo de financiamento regional e o fortalecimento do BNB. O painel principal contou com palestras do diretor Administrativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Saumíneo Nascimento; da economista e socióloga Tânia Barcelar de Araújo, diretora da Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN); e do doutor em Economia e membro do Conselho Técnico da AFBNB, Atenágoras Oliveira Duarte.



José Frota de Medeiros, presidente da AFBNB

Financiamento regional e o fortalecimento do BNB *por Tânia Bacelar*

Começo mostrando o debate sobre desenvolvimento regional situando-o em três contextos, para chegar ao que considero que é o contexto atual. Depois, o debate sobre política regional. Depois, eu vou discutir o Brasil, a partir das três heranças principais do desenvolvimento regional no País e as principais mudanças que percebo hoje no tocante à questão regional brasileira, para enfim chegarmos à discussão do modelo de financiamento.



*Prof.ª Tânia Bacelar -
Consultora da
Ceplan*

Sobre o desenvolvimento regional, o debate do século XX é muito diferente do debate atual. Então, quando o Banco do Nordeste nasceu, as discussões se centravam no contexto onde desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico – e não é mais. Há um questionamento sério sobre essa hegemonia. A estratégia da industrialização no mundo e no Brasil era hegemônicas e não são mais. Nem todo mundo quer mais ser São Paulo, como no século XX. Estamos descobrindo que é possível ser feliz sem ser industrializado.

Muito do que aconteceu no Brasil no século XX foi fruto do estado desenvolvimentista brasileiro que teve amplos instrumentos. O Ban-

co do Nordeste nasce no momento de hegemonia do estado desenvolvimentista, que criou bancos; agências de desenvolvimento, como a Sudene; empresas de infra-estrutura; empresas produtivas; sistemas de incentivos. Era um Estado poderoso, que patrocinava o desenvolvimento através da industrialização. E o que prevaleceu, em nosso caso, foi o tratamento em grandes escalas, a discussão da escala macrorregional, por isso a importância do debate em torno do Nordeste.

No final do século XX, as coisas começam a mudar. Primeiro, a hegemonia que ganha o processo de internacionalização, rebatizada com o nome de globalização. E para os

Quando decidimos financiar APL (Arranjos Produtivos Locais), descobrimos que mais importante do que o que se produz é como se organizam as pessoas para produzir. Portanto, a dimensão cultural está presente. São pessoas capazes de se associar, capazes de identificar onde elas devem competir e onde elas devem cooperar, porque não existe só competição, mas competição e cooperação. E o projeto de financiamento tem que considerar esta dimensão, esta variável. Não é em todo lugar que conseguimos desenvolver uma APL. Não só porque não há recursos econômicos, às vezes é porque não há recurso institucional. Não há tradição de associativismo, de cooperação, só de competição.

Como se não bastassem essas mudanças na economia, no mundo da política a era liberal marcou com muita força a passagem do século XX para o século XXI, com consequências importantes no mundo inteiro, pelo avanço das idéias liberalizantes, pela força dos agentes globais fazendo apologia das virtudes do mercado somando-se ao ataque às políticas públicas, principalmente às políticas nacionais. E, por outro lado, a valorização da escala local. Como o ataque principal era a

escala nacional, a valorização era a escala local. Isso ameaça instituições como a Sudene e o Banco do Nordeste, que na verdade são expressões regionais de políticas nacionais. E são estas as mais questionadas na era liberal. E por uma razão muito simples: é porque todo o esforço de regulamentação que construímos nos últimos séculos foi colocado na escala nacional e agora os agentes globais querem operar na escala mundial, então eles têm

que desmontar a regulação que foi montada na escala nacional.

Então, a presença do debate sobre o liberalismo foi muito forte e influenciou muito nas nossas discussões e no que aconteceu

no mundo e no Brasil e nesse debate sobre desenvolvimento regional e seu financiamento. Do ponto de vista das políticas regionais, eu também acho que vivemos três grandes momentos. No primeiro momento, que é mais ou menos em meados do século XX, a principal crença era aquela do desenvolvimento econômico hegemônico, da visão industrializante hegemônica. Essa visão correspondeu em termos de políticas regionais a uma prevalência da crença de que desenvolver uma região era trazer capital de fora. Era uma aposta maior no agente exter-

Não há tradição de associativismo, de cooperação, só de competição

portante o nosso debate sobre “faz sentido ainda o Banco do Nordeste?” e “que tipo de financiamento?” Então, temos que nos focar sobre esse terceiro momento, tentando resgatar quais foram os aspectos positivos da primeira opção, quais foram os aspectos negativos.

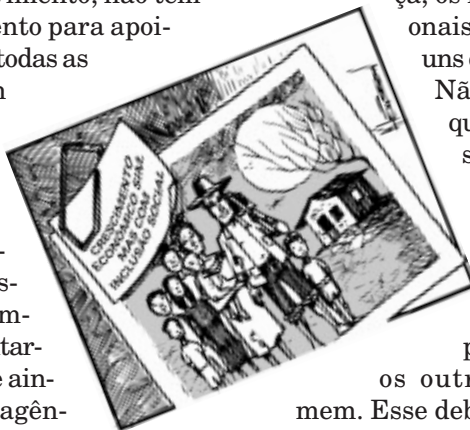
Faz sentido apostar em desenvolvimento local numa região pobre como a nossa? Onde o prefeito nem mora no município, não tem secretaria de desenvolvimento, não tem nem um instrumento para apoiar? Vamos colocar todas as nossas fichas em desenvolvimento local num lugar assim? A terceira Itália não é o Nordeste do Brasil. Então, essa discussão é muito importante para apontarmos, portanto, que ainda precisamos de agências intermediárias como o Banco do Nordeste.

Do ponto de vista mundial, eu gosto muito do exemplo da União Européia, que nos dá um exemplo importante dessa capacidade de releitura do que aconteceu no mundo e de conseguir construir uma política de desenvolvimento regional na escala supranacional, com instrumentos adequados para a realidade deles. Primeiro, há um compromisso muito importante com a

coesão, que é uma das nossas dificuldades. A Europa quer ser parecida. Ela quer que a Grécia seja mais próxima da França, que Portugal seja mais próximo da Alemanha. A Alemanha hoje quer que a Alemanha Oriental seja semelhante a Alemanha Ocidental. Então, isso é muito forte como elemento estruturador de política e do debate sobre a questão regional na Europa.

No Brasil, a cada mudança, os interesses regionais se apresentam uns contra os outros. Não há a visão de que, para um Brasil mais igual, uns vão ter que perder um pouco ou vão ter que esperar um pouco para que os outros se aproximem. Esse debate no Brasil é muito difícil de fazer. Na União Européia, eles construíram uma política supranacional, mas mantêm uma política nacional. Não desmontaram as políticas, as agências, os instrumentos. Eles convivem, reestruturam papéis e funções, sabem lidar com múltiplos objetivos. E isso é uma lição para o Brasil.

Acho que somos desafiados no Brasil, em política regional, a ter múltiplos objetivos. Tem lugar onde é preciso financiar pré-investimen-



da desigualdade. Qualquer indicador social ou econômico que eu utilize para mapear o Brasil nos dá uma idéia disso. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, nos mostra que existem dois Brasis. Um Brasil de Belo Horizonte para cima e um Brasil de Belo Horizonte para baixo. E o Centro-Oeste não está no Brasil de Belo Horizonte para cima. Isso é um debate importante. Quase me dão um título de persona non grata em Brasília quando eu disse que o Centro-Oeste não precisa de superintendência [de desenvolvimento].

O Brasil precisa de superintendência no Norte e no Nordeste. O Brasil precisa de banco regional no Norte e no Nordeste. Não é para criar banco regional no Centro-Oeste. Não precisa. Eu estou dizendo isso com muita franqueza e muita coragem porque não é fácil dizer isso. E eu disse isso dentro do Congresso Nacional, porque a bancada política do Centro-Oeste se articulou, desde 68, com a do Norte e do Nordeste, para vender uma coisa que não bate com a realidade e só

a t r a -



palha o debate. Todos os padrões do Centro-Oeste, em qualquer mapa que eu faço, estão pintados da cor do Sul e do Sudeste. Portanto, na escala macro-regional faz sentido um tratamento especial para duas macro-regiões e não três e essas duas têm nome e endereço: Norte e Nordeste e acaba aí. Agora, o Nordeste pode descer até Minas Gerais. Acho que o Norte de Minas Gerais é mais Nordeste do que Sudeste. Pode descer até um pedaço do Espírito Santo? Pode. Porque um pedaço do Espírito Santo é mais Nordeste do que Sudeste. Podemos até quebrar as barreiras estaduais, mas violentar os mapas que temos não dá. Portanto, esforço adicional, financiamento suplementar, agências especiais é para Norte e Nordeste e não para o Brasil todo.

Outra herança fantástica é a diversidade brasileira, que na minha visão foi escondida pela concentração, ocorrida no século XX, quando foram concentrados no Sul e no Sudeste tanto investimento da indústria, de infra-estrutura econômica, as melhores universidades, os melhores centros de pesquisa... A concentração foi tão grande que a maravilhosa diversidade do Brasil desapareceu. A sociedade brasileira perdeu a capacidade de ler, principalmente os economistas, porque a gente trabalha com média. Aí as médias são influenciadas pelos que puxam a média. Eu acho que essa é outra mudança que está acontecen-

Vão para Recife, vão para Suape [complexo industrial portuário localizado no estado de Pernambuco]. Não vão mais só para São Paulo.

Precisamos rever nosso mapa do investimento para não pensar que ainda estamos no período anterior. As políticas nacionais ganharam importância no período recente. As políticas regionais perderam importância, não foram revalorizadas como deveriam ser, na minha visão. Mas as políticas nacionais têm hoje um impacto regional que precisamos discutir. Eu vou pegar só uma, que é uma política assistencial: o impacto do Bolsa Família no Nordeste foi muito maior simplesmente porque nós somos 28% da população do Brasil, mas somos metade dos pobres do Brasil. Portanto, captamos metade do dinheiro que foi alocado por esse programa.

Na grande maioria dos nossos municípios, quando há uma transferência desse tamanho, não é programa assistencial somente, é programa assistencial com impacto econômico local. Não muda o Nordeste, mas muda aquele lugar. Não é política regional é política nacional.

Mas a expressão regional é diferenciada. O aumento do salário mínimo impacta mais no Nordeste. Por quê? De novo, porque somos 28% da população, mas metade dos que ganham salário mínimo no Brasil.

O Brasil está mudando e nós precisamos estar antenados para discutir essas mudanças, para saber o que apoiar e o que não apoiar; que mudanças devem ser aprofun-

dadas e quais não são muito interessantes. O país está descobrindo a base da pirâmide, que é um dos seus maiores potenciais, mas ainda com um consumo insatisfeito. Agora as grandes empresas estão descobrindo esse pedaço do Brasil, por exemplo, aí a Bauducco vai para a Bahia e adapta o

gosto do biscoito para atender o mercado do Nordeste. São grandes conglomerados descobrindo o consumo da base da pirâmide social. Aí o Banco do Nordeste vai fazer o quê? Vai assistir a Bauducco acabar com as empresas médias que existiam aqui focadas para esse mercado ou vai apoiar para que elas continuem a disputar esse mercado com a Bauducco? Ou vai financiar a Bauducco e abandoná-las? O Banco do Nordeste pode fazer as três coi-

As políticas regionais perderam importância, não foram revalorizadas como deveriam

rando proveito das potencialidades de cada lugar.

Finalmente o debate sobre financiamento. Na experiência internacional, os instrumentos mais usados são investimentos na infraestrutura. Toda política regional tem prioridade e investimento em infraestrutura, porque confere mais competitividade. Há apoio a pólos de alta tecnologia e atividades do terciário moderno. No mundo, isso hoje é importante. No Nordeste isso é importante? É. Embora haja dificuldade de competitividade, vários pólos de terciário moderno estão no Nordeste. Ou a gente não sabe que Teresina é um pólo médico importante? Um dos melhores do Brasil. Há um pólo de informática importante em Recife. Há em São Paulo, em Florianópolis, mas também em Recife. Então faz sentido ter políticas públicas adequadas para isso.

E as políticas locais também são muito freqüentes no mundo contemporâneo. No Brasil, qual é o debate? Reforma tributária. Olho aberto na reforma tributária, porque ela mexe com o desenvolvi-

to regional. Se a gente passar do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços] como ele é hoje para o IVA [Imposto sobre Valor Agregado] no destino é uma mudança que a gente não sabe quantificar quando acabar essa loucura de cobrar ICMS na origem. Não existe no mundo imposto de circulação de mercadoria cobrado na origem, depois rateado. Aqui teve por causa do peso de São Paulo. Então, vamos consertar isso, que vai ser uma mudança que a gente nem imagina.



Então, a reforma tributária é importante, ela mexe com a guerra fiscal. Eu estou convencida de que a era a guerra fiscal já chegou ao seu limite, então temos que pensar para além. E tem

também a discussão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional [FNDR], que é muito importante para o BNB – e no fundo há o debate sobre as transferências, que é muito importante para o desenvolvimento regional. O tamanho das transferências, os critérios das transferências são muito importantes para o desenvolvimento regional.

Outro ponto é a regionalização

Financiamento regional e o fortalecimento do BNB

por Saumíneo Nascimento

O foco da discussão que eu trouxe para vocês são os desafios do Banco do Nordeste. Vou falar um pouco sobre os instrumentos da Sudene, já que a Sudene e BNB estão bem interligados. Também farei uma abordagem sobre o crédito na América Latina e o papel dos bancos no financiamento dos investimentos. E para que a gente entenda o papel do BNB, é importante saber quais são os desafios do governo federal. Há também a questão de finanças que afetam a questão do crédito e a situação de crescimento sustentável que se apresenta.



Saumíneo Nascimento
Diretor Administrativo da Sudene

A professora Tânia estava aqui abordando: o que financiar? Quem financiar? Quanto? Qual é a base de clientes do Banco do Nordeste? Quem e quantos? 70% dos clientes do Banco do Nordeste vêm da agricultura familiar. Essa é a nossa base. Por isso que o Banco é conhecido por ser um banco eminentemente rural. Alguns empresários perguntaram certa vez se o BNB financia hotel, indústria. 60% dos clientes e do crédito do Banco estão na Bahia, Ceará, Pernambuco – os três grandes – e Maranhão, que entrou nos últimos anos principalmente complementando essa questão de crédito. As cinco maiores agências do

Banco detêm 20% da aplicação de toda a Instituição. Há uma concentração nessas principais agências. Quase metade de todas as agências do Banco está nos três grandes estados: Ceará, Pernambuco e Bahia. Mas na quantidade de municípios por agência, Sergipe está na frente. A cada cinco municípios tem uma agência. Isso é importante, porque o que fica é a imagem da agência. A média da Paraíba é uma agência para cada 16 municípios. O Ceará vem depois de Sergipe, com uma agência para cada sete municípios. Isso é importante ao fazermos um comparativo entre Banco do Brasil e Caixa Econômica, porque no projeto que está sendo enca-



Mesa de abertura da 33ª RCR. Da esquerda para a direita: Atenágoras Duarte, José Frota de Medeiros, Saumíneo Nascimento e Tânia Bacelar

sem as inovações tecnológicas, sem agregar o fundo de desenvolvimento científico tecnológico, sem agregar outras variáveis de competitividade?

Tem também os novos modelos de atuação. Os mais utilizados são agência itinerante, agência móvel, ampliação de atuação no microcrédito, “mobile banking”, necessidade de evolução no atendimento. Eu acho que a gente deve discutir isso. Não está no ativo do Banco quanto vale a marca BNB. Essa é uma discussão que a gente precisa fazer. Quanto vale a marca Banco do Nordeste na região? Qual o banco número 1 na mente dos executivos na região Nordeste? É o Banco do Brasil e, em segundo lugar, Bradesco. Então, sintonização do

BNB com as novas tendências do mercado são questões iniciais que eu coloco como desafio.

A atuação diferenciada do Banco tem que ser apresentada à sociedade. Não só o crédito, mas a atuação no setor cultural, os estudos econômicos do ETENE [Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste]... Essa produção do ETENE é fantástica, fabulosa e ela tem importância preponderante na discussão das necessidades de conhecimento da região. Há também o financiamento à ciência e tecnologia, que a gente faz através do FUNDECI [Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e também através do FNE – Prodetec [Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico]. A atuação do desenvol-

financiamento, ou seja, quais os itens que são passíveis de financiamento, quais os setores que podem ser alocados. A SUDENE, conhecendo a região juntamente com o Banco, pode fazer uma política conjunta. Então, é a Sudene quem vai definir agora a política operacional do FNE. Então nós temos uma missão importante. O Comitê das Instituições Financeiras Federais vai ser um instrumento interessante. Nós estivemos reunidos preliminarmente com os superintendentes daqui do estado para que eles depois retransmitissem para os presidentes do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco do Brasil a formulação que nós pensamos e a cobrança que iremos fazer da atuação na região. Então, a gente vai cobrar quanto é a meta para a região do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES? Por que não aplicou? Como é que isso está acontecendo? E vamos ver se há um projeto para mixar com as quatro instituições. Por exemplo, tem um projeto que não dá para viabilizar porque não



há recurso suficiente – até por conta do limite de financiamento de cada banco. Então podemos fazer uma mixagem e viabilizar que aquele empreendimento venha para a região. Nesse sentido, o relacionamento entre a Sudene e o Banco do Nordeste vai ser muito importante. Nós, da SUDENE, vamos precisar muito do Banco do Nordeste do ponto de vista do apoio técnico e o Banco do Nordeste vai precisar muito da Sudene do ponto de vista da definição de políticas. Um não vai concorrer com o outro, um não vai sobrepor o outro, mas os dois serão fortalecidos.

Quanto à questão do crédito na América Latina, a relação crédito x PIB é expressivamente inferior aos países desenvolvidos. A participação do crédito ainda é baixa. Nos dados do Banco Mundial, a participação do crédito é de 260% no Reino Unido e, na Alemanha, mais de 100%; na Índia ela está acima do Brasil, com 41%. E agora, no Brasil, com dados do Banco Central, ela está em 34,8%. Temos a questão do programa Bolsa Família, mas temos também o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] e outros créditos que estão impulsionando o consumo. Crédito tem possibilitado compra de casa própria, de veículo, de alimentos. Então essa participação ainda é baixa, muito baixa. Mas há um crescimento. O crédito está em expansão desde 2003, no início da era



dor tenha condições de pagar seu empreendimento. Quem faz isso são os bancos públicos, mas é preciso funding, é preciso ter fonte de recurso que cubra isso. O FNE é uma fonte, o FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador] é outra fonte.

O mercado de capitais no Brasil está evoluindo, já estamos com a terceira bolsa do mundo, mas não temos um mercado de capitais desenvolvido – ele é inclusive concentrado. O Banco do Nordeste criou recentemente um ambiente de mercado de capitais. Houve um veto da recriação na Sudene do BNB/Par – uma similaridade do BNDES/Par – que poderia ajudar o mercado de capitais na região, que é um supridor de recursos na ausência de suficiência de crédito. Precisamos simplificar o processo de crédito. O volume de crédito bancário hoje já está num patamar de mais de R\$ 1 trilhão. É muito, quase metade do PIB, 34,8%. R\$ 1 trilhão de crédito é muita coisa, mas podemos ir além. Podemos chegar à casa dos trilhões.

Sobre o crescimento do financiamento imobiliário: em 2007, foram

R\$ 19 bilhões só para financiamento imobiliário. Nunca se comprou tantas residências, se mudou tanto de moradia. Foram 200 mil moradas, o que ainda é pouco. E aqui ainda não temos problema de sub-prime, porque o modelo dos bancos que financiam crédito imobiliário é interessante. É rentável, é necessário para a sociedade, mas o Banco do Nordeste não tem.

Quanto ao incremento no mercado de capitais no Brasil, o País conseguiu ultrapassar a China. Hoje, o mercado de capitais já tem um peso de 15% do sistema de crédito. Um dos desafios mais imediatos do governo federal é a reforma tributária. E a diminuição da carga tributária não se refere só ao valor, mas ao percentual do valor de cobrança. Aumento de arrecadação é diminuição da sonegação, o que significa aumento da base produtiva. Agora, o percentual que é a carga em si é o desafio a ser alcançado.

Outra questão é a Reforma da Previdência. Estamos vivendo mais com uma qualidade de vida melhor. Então, como sustentar esse déficit atuarial que a Previdência apresenta? Ela é a responsável por boa parte do endividamento interno do País porque não se sustenta. A reforma política é um outro desafio, assim como o aumento de investimento em infra-estrutura via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Financiamento regional e o fortalecimento do BNB

por Atenágoras Duarte

Primeiro, eu vou tratar da questão do crescimento econômico no capitalismo porque essa interpretação leva a políticas econômicas completamente diferentes. Num segundo momento, buscarei relacionar essa questão do financiamento com o modelo de desenvolvimento nacional que é adotado hoje. São essas circunstâncias que vão dar potencialidade ou não a esse modelo de financiamento. E por fim, eu vou tentar elencar algumas propostas do modelo de financiamento do BNB.



*Atenágoras Duarte -
Membro do Conselho
Técnico da AFBNB*

Em primeiro lugar, sobre a questão do crescimento econômico no capitalismo, podemos simplificar a imensa diversidade de teorias em duas grandes correntes. Uma primeira abordagem, mais hegemônica, mais comum na academia, é aquela que lê crescimento econômico como fruto de investimentos que são oriundos de uma poupança prévia. Então, em uma economia dotada de uma poupança você passa a ter a motivação para investimento. Por essa linha de pensamento, a poupança existente é por si só o elemento suficiente para que o investimento venha ser realizado.

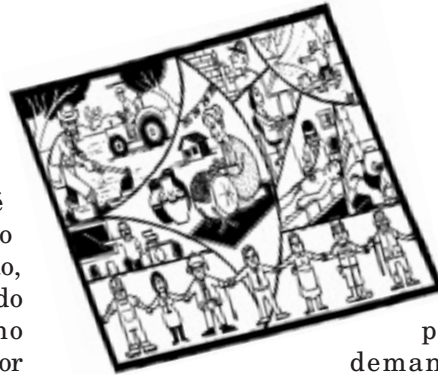
Então, a poupança é o que define o investimento na economia. Mas existem outras tradições para o pensamento econômico.

Seguindo as tradições do que pensou Keynes, do que pensou na verdade várias correntes de opinião, a interpretação é inversa. Ou seja, o investimento é que vai definir a poupança. O investimento seria a função das expectativas de vendas que o empresário tem. O investimento seria a função do nível da capacidade ociosa que a empresa tem. O investimento seria função da depreciação física e tecnológica dos ativos. Seriam estes os

crescimento diferente. Então, o setor aeroespacial é muito mais inovador do que o setor têxtil. O impacto na cadeia produtiva é diferenciado. Os gastos que o governo tem na sua administração, no seu consumo acabam atingindo setores que não tem o mesmo impacto de crescimento que tem por exemplo os investimentos realizados pelas empresas estatais.

Então, ao se analisar o crescimento da região nordeste de 1960 para cá, percebe-se vários períodos em que o crescimento da economia foi liderado pelos gastos do governo, que impulsionam o crescimento mas não mudam a estrutura da economia, favorecendo setores que sejam mais dinâmicos. Os investimentos das empresas estatais na região Nordeste foram os principais contribuintes para essa mudança do perfil da estrutura produtiva da região. Foi a Chesf, foi a Petrobras, foi a Telebrás, que ao realizarem seus investimentos na região proporcionaram que setores mais dinâmicos pudessem crescer.

O importante quando se vai fazer uma estratégia de desenvolvimento é levar em conta esses diferentes impactos entre esses diferentes componentes, os componentes autônomos e os componentes induzidos que conduzem ao crescimento da economia. Em resumo, ao se fazer essa leitura de crescimento liderado



pela demanda chega-se à conclusão de que não é o nível de crédito nem o custo do crédito que vai propiciar o desenvolvimento da economia de uma determinada região. O crédito é um dos que compõem o processo do crescimento atendendo a certos papéis na articulação das decisões do investimento. O crédito também é importante para a localização do investimento. Se o País vier a crescer, se a empresa quer investir, ela pode mudar a localização do local do investimento em função do custo-crédito. Isso aconteceu no Nordeste.

Existem empresas de dimensão nacional que decidiram montar suas novas plantas industriais no Nordeste porque os custos aqui eram menores. Então, o crédito desempenha esse papel. Essas políticas de crédito podem também estar associadas a outras políticas fundamentais, como o estímulo a novas tecnologias. Para aquelas empresas que não têm condições de enfrentar períodos de recessão, o crédito público vai exercer um papel muito importante para tentar diminuir a tendência que é típica do capitalismo de concentração do

Podemos analisar sobre uma perspectiva mais ampla, buscando enxergar o problema historicamente e fazendo uma categorização de dois momentos diferentes do capitalismo mundial da Segunda Guerra para cá. Em um primeiro momento - associado a um padrão monetário que a literatura chama dólar-ouro - a formatação internacional orientada pelo crescimento é bastante favorável para as economias crescentes.

Eram condições sistêmicas específicas cuja características básicas eram: o fato de o padrão monetário, cambial ser focado no câmbio fixo, mas ajustado; os fluxos financeiros internacionais eram controlados; não se podia investir em qualquer setor, os bancos não atuavam em várias frentes. Outra característica é que haviam políticas de proteção do mercado interno, mas com o sentido de orientar o crescimento do mercado interno, com políticas do sentido de criação de emprego, geração de renda. A macroeconomia era montada, organizada para criar esse ambiente favorável para o crescimento. Também nesse período o Estado, não só no Brasil, mas em todo o mundo, atuou diretamente no

campo produtivo. Tivemos empresas estatais em todo o mundo, atuando nas economias e investimentos exatamente onde as empresas privadas se retraíam. Uma empresa estatal pode enfrentar um período de prejuízo com o compromisso de garantir crescimento de longo prazo. Essas são as características desse período chamado de dólar-ouro.

A partir dos anos 80 passa a predominar o câmbio flutuante - que varia de acordo com as oscilações de mercado - e as regras de desregulamentação financeira. Eliminam-se as regras para que o capital possa fluir com mais rapidez. Mas se ele pode fluir com mais rapidez e o câmbio é definido por essa disponibilidade de moeda

**A macroeconomia
era organizada
para criar esse
ambiente
favorável para
o crescimento**

no mercado, então como é que se contém as fugas de capital? As taxas de juros passam a ser a grande ferramenta de contenção. Então já não se consegue manter aquelas políticas de juros baixos. São necessárias taxas de juros que acompanhem a volatilidade do mercado. Se este está mais volátil elevam-se as taxas; se está mais estável, abaixam-se as taxas. Mas, com isso, o planejamento de longo prazo é comprometido. No período

Falou-se em privatizações na China nos anos 90, mas quando vemos houve só uma transferência, empresas estatais que eram federais passaram a ser municipais nesse pretensão processo de privatização. Então, a formatação do crescimento deles foi diferente. Não estou dizendo que devemos seguir porque existem repercussões políticas e ambientais que não estão sendo contabilizadas, mas o que estou querendo dizer é que não aceitar esse modelo econômico vigente foi a chave para que esses países achassem suas trajetórias de crescimento.

A grande questão é que não aceitemos os parâmetros que nos são colocados. A nossa primeira função é discutir os parâmetros, os paradigmas que referenciam o debate. Depois, nós discutimos a operacionalização. Não podemos aceitar os pressupostos que nos são dados. Nossa lógica tem que ser distinta, não tem que ser de competitividade. A nossa lógica tem que ser de qualidade de vida, não de aceitação do que o mercado quer, das normas técnicas do mercado. É preciso definir quais as nossas prioridades e com as ações do poder público dizer o que se quer para esse País.

Tenho algumas considerações sobre desenvolvimento regional. Um dos pontos propostos pelo Conselho Técnico da AFBNB é a idéia de se criar um conglomerado

estatal, que reúna as empresas federais do País para que conjuntamente planejem e invistam no desenvolvimento da economia, com prioridade para o desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste. Isso não significa que não se pense o desenvolvimento regional nas regiões mais ricas, e aí há uma pequena discordância da professora Tânia. Pelo contrário, eu acho que tem que ter sim Superintendência de Desenvolvimento da Região Sudeste para articular as ações das diferentes instâncias de governo, a federal, a estadual e a municipal, para que haja um planejamento do desenvolvimento conjunto daquela região.

Não há problema nenhum nessa focalização das especificidades regionais. Agora, sem dúvida, se queremos um projeto de nação que seja de todo o nosso povo é preciso que haja um investimento pesado nas regiões Norte e Nordeste, que são as regiões deficitárias em termos de crescimento e riqueza. Por exemplo, é preciso que a rede ferroviária volte ao controle do Estado porque esse é o típico investimento de longo prazo que é crucial para reduzir a distância e viabilizar espaços econômicos em torno da região Nordeste. Então, o sistema ferroviário deveria ser de controle estatal. Até porque se formos ver o financiamento da Transnordestina, 80% é do setor público. O setor público está financiando um investimento

outro critério de pontuação para os resultados. Quanto é que nós ajudamos no desenvolvimento de certas áreas no Nordeste? Quanto é que nós fomentamos em crescimento de emprego? Quanto é que nós fomentamos na viabilização de pequenas e médias empresas? Então, os parâmetros devem ser outros e nós devemos ser premiados por esses outros parâmetros de desenvolvimento, e não de mercado, que vise estritamente ao lucro.

Outras propostas: *participação acionária nos conglomerados estatais*. Isso é um modelo alemão. Na Alemanha, os bancos faziam parte de um conglomerado de empresas em que os bancos financiavam essas empresas e tinham um retorno a longo prazo. Podemos pegar essa idéia geral e adotá-la no Nordeste. Então, parte

da receita do banco é a participação que esse banco tem em empresas estatais que sirvam como fios condutores em regiões onde o investimento privado, inclusive, nem quer ir e que faça parte também das receitas do Banco. *Criação de empresa coligada para desenvolvimento e difusão de inovações tecnológicas*. Nós temos no Fundeci um imenso potencial de difusão de tecnologia. Poderíamos ter uma empresa para agir nisso e ser também uma fonte de receita para o Banco nesses investimentos das inovações, em especial aquelas que o mercado não vê negócios no curto prazo, mas que para o desenvolvimento nós venhamos a entender que seja algo positivo. Então, em síntese, a apresentação foi uma tentativa de afastar-se um pouco da operacionalização do modelo e questionar seus pressupostos.